



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1656 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 02 - História da Educação

PRÁTICAS E PADRÕES ADMINISTRATIVOS DO JARDIM DA INFÂNCIA ANEXO À ESCOLA NORMAL DA CAPITAL
(São Paulo, 1896-1939)
Sandra Aparecida Melro Salim - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

PRÁTICAS E PADRÕES ADMINISTRATIVOS DO JARDIM DA INFÂNCIA ANEXO À ESCOLA NORMAL DA CAPITAL

(São Paulo, 1896 – 1939)

RESUMO

Este projeto tem por objetivo analisar as práticas e os padrões administrativos adotados no Jardim da Infância da Escola Normal da Praça, bem como as relações de forças que envolveram sua administração desde a inauguração ocorrida no dia 3 de março de 1896 até a demolição de seu prédio original em 1939. O objetivo é verificar como essa escola foi administrada, incluindo o exame das possíveis consonâncias e dissonâncias entre os padrões pedagógicos e os administrativos adotados. Para tanto, serão examinados o acervo documental do Jardim da Infância da Escola Normal, o material jornalístico, livros e periódicos educacionais do período referente ao assunto a ser desenvolvido no decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: Jardim da infância, Escola Normal da Praça, Administração Escolar Pública.

PRÁTICAS E PADRÕES ADMINISTRATIVOS DO JARDIM DA INFÂNCIA ANEXO À ESCOLA NORMAL DA CAPITAL

(São Paulo, 1896 – 1939)

RESUMO

Este projeto tem por objetivo analisar as práticas e os padrões administrativos adotados no Jardim da Infância da Escola Normal da Praça, bem como as relações de forças que envolveram sua administração desde a inauguração ocorrida no dia 3 de março de 1896 até a demolição de seu prédio original em 1939. O objetivo é verificar como essa escola foi administrada, incluindo o exame das possíveis consonâncias e dissonâncias entre os padrões pedagógicos e os administrativos adotados. Para tanto, serão examinados o acervo documental do Jardim da Infância da Escola Normal, o material jornalístico, livros e periódicos educacionais do período referente ao assunto a ser desenvolvido no decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: Jardim da infância, Escola Normal da Praça, Administração Escolar Pública.

1. INTRODUÇÃO

À luz do novo regime republicano, as instituições educacionais públicas de São Paulo vindas do período imperial não contavam com estrutura física, organizacional e pedagógica eficaz; sofriam com um atendimento precário e diminuto para uma demanda crescente. Com o novo regime, reascenderam velhas questões sociais e emergiram novas; os

republicanos clamaram pela participação política do povo.

Segmentos das elites paulistas que aderiram à causa republicana a partir de 1870, contra o centralismo do regime monárquico e pela ampliação do poder político, desenhavam planos para o novo regime. O Partido Republicano Paulista, fundado em 1873, tinha em seu plano de governo estabelecer a reforma da instrução pública paulista. Seus idealizadores foram, dentre outros: Bernardino de Campos, Caetano de Campos, Cesário Motta, Prudente de Moraes e Rangel Pestana.

Antes da Proclamação da República, Rangel Pestana já tinha ido a público em uma série de editoriais do seu jornal *A Província de São Paulo* em defesa da reforma do ensino público e da efetiva educação do povo. Essa posição dos republicanos paulistas tinha na educação “[...] uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social”. (SOUZA, 1998, p.36)

Com a Proclamação, os republicanos buscaram estabelecer um projeto civilizador no qual a educação popular aparecia como uma necessidade política e social. Nessa perspectiva, é possível compreender a direção tomada pela política de instrução pública paulista. É através dela que os republicanos procuraram estabelecer seus valores e consolidar o novo regime.

Os primeiros passos para a implementação da reforma educacional foram dados junto à Escola Normal da Praça. Foi designado para sua direção o Dr. Caetano de Campos em janeiro de 1890 que inicia introduzindo novas cadeiras, indicando novos professores para compor o quadro docente da Escola, reorganizando os planos de estudo para cada ano do curso normal e estabelecendo para a estrutura da instrução pública “uma rede de escolas graduadas que envolvesse a vida do cidadão dos 4 aos 18 anos, assim compreendida:

- Para crianças de 4 a 6 anos – o Jardim Infantil.

- Para crianças de 7 a 10 anos – Escola de 1º Grau.

- Para pré-adolescência de 11 a 14 anos – Escola de 2º Grau.

- Para os adolescentes de 15 a 18 anos – Escola de 3º Grau. (RODRIGUES J.L.1930, p.97; REIS FILHO, 1995, p.64)

A partir de então, outras providências foram dadas no sentido de promover a implantação de novas diretrizes para o ensino público paulista.

Em 1896 quando foi criado o Jardim da Infância da Escola Normal da Praça havia uma razão clara e declarada no Decreto nº 342 de 3 de março de 1896: “oferecer preparo às alunas do curso normal”, também expressa no Decreto nº 397 de 9 de outubro de 1896, no seu artigo 189 que estabeleceu: “a prática do magistério será feita no Jardim da Infância pelas alunas da Escola Normal que no último ano do curso maior vocação demonstrarem para o ensino das classes infantis”.

Criado o Jardim da Infância, fazia-se necessário estabelecer o padrão pedagógico a ser instituído para educar as crianças de 4 a 6 anos. Pelo Decreto nº 397 de 9 de outubro de 1896, em seu Artigo nº 181, ficam indicados os princípios “fröebelianos destinados a preparar, pela educação dos sentidos, os alunos de ambos os sexos que almejassem ingressar na Escola Modelo Preliminar”.

Definido o padrão pedagógico a ser seguido, foi organizada a equipe de comando da instituição. No mesmo Decreto nº 397, no seu Artigo nº 183, parágrafo único ficou determinado que o diretor da Escola Normal da Praça ficaria responsável pela indicação de toda a equipe do Jardim da Infância: inspetora, auxiliar da inspetora e professoras também conhecidas como jardineiras, denominação apoiada nos princípios do Kindergarten fröebeliano.

Como nada consta a respeito, pode-se levantar indagações sobre as práticas e padrões administrativos a serem adotados pelas equipes indicadas para comandar o Jardim da Infância. Que orientações administrativas foram apontadas para dar sustento ao padrão pedagógico instituído? De que teor eram essas orientações?

Em 1939 o prédio original do Jardim da Infância foi demolido, por força do Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo, conhecido como “Plano de Avenidas”^[1], elaborado por Prestes Maia, engenheiro da Secretaria de Viação e Obras, estabelecia uma completa remodelação do centro urbano, com abertura de avenidas de 35 a 50 metros de largura, formando o perímetro de irradiação no que hoje são as Avenidas Mercúrio, Senador Queirós, Ipiranga, São Luís, Rua Maria Paula, Praça João Mendes, Praça Clóvis Bevilacqua, Avenida Rangel Pestana e Parque Dom Pedro.

No Plano de expansão das avenidas, estava prevista a derrubada de toda a Escola Normal, para em seu lugar ser construído outro edifício, onde funcionaria a Câmara dos Deputados, obra monumental, encimada por um capitólio, no estilo americano.

A Escola Normal e a Escola Preliminar permaneceram, mas o prédio do Jardim da Infância não teve o mesmo destino. Portanto, a obra prevista não se concretizou. Com a demolição do prédio, esta Instituição parece ter perdido a relevância, a visibilidade e a função de escola-referência.

Que papel coube à sua administração nesta trajetória descendente será investigado neste trabalho.

2. PERCURSO DE IMPLANTAÇÃO DO JARDIM DA INFÂNCIA ANEXO A ESCOLA NORMAL DA PRAÇA

Antes mesmo da Proclamação da República, já se falava na educação de crianças desde bem pequenas. Rui Barbosa, que transitava pelos corredores políticos há muito, apresentara à Câmara do Império seu parecer sobre a Reforma do Ensino Primário e de outras instituições as quais poderiam estar compondo um complexo para a instrução pública. Reconhecia em Fröebel uma referência importante e alguém que merecia atenção.

Friedrich Fröebel importante educador alemão, envolvido em estudos da educação de crianças menores de sete anos, subsidiava as pretensões defendidas por Caetano de Campos de ampliação da instrução pública para crianças a partir dos quatro anos de idade. Campos entrega sua proposta em março de 1891 ao então Governador do Estado, Américo Brasiliense de Almeida Melo, em uma Memória na qual expõe seu projeto de educação popular, que tem como princípio pedagógico a educação pública, gratuita, universal, obrigatória e laica. Foi, portanto, defensor de ideais republicanos de sua época, os quais traziam em seu conteúdo influências de várias correntes do pensamento europeu do século XIX. Caetano de Campos estava inspirado principalmente pela educação norte-americana. "Acreditava que os americanos do norte haviam encontrado uma educação que atendia prontamente às exigências do regime democrático" (REIS FILHO, 1988, p.60).

Sobre Fröebel, diz Arce,

Em junho de 1840, na cidade de Blankenburg, Fröebel fundou o primeiro Jardim da Infância (kindergarten) [...]. O objetivo desta instituição é suprir as necessidades e requerimentos do mundo da criança [...] reforçando a ideia que possuía de que a mulher não necessita de muita instrução para trabalhar com as crianças, este ato faz parte de sua natureza [...]. (ARCE, 2002, P.66-69).

E completa:

O foco de Fröebel estava depositado nos "dons" como uma forma de desenvolver a criança brincando. O material deveria ser explorado de três formas: a primeira era a forma da vida, a criança construiria livremente formas que estão em seu cotidiano como cadeiras, armários; a segunda era a da beleza, onde a criança daria vazão a formas geométricas; a terceira a do conhecimento, quando seriam explorados os mais variados conceitos matemáticos como volume, tamanho, quantidade, bem como exercitada a linguagem como o aprendizado dos nomes apropriados dados às formas surgidas (ARCE, 2002, p. 62).

A Baronesa Von Marenholtz-Bulow divulgadora oficial da proposta de Fröebel, viaja por toda a Europa e ajuda a fundar Kindergartens na Inglaterra, França, Bélgica e Itália. Na América do Norte, a pedagogia froebeliana conta com Margarethe Meyer Schurz, Elizabeth Peabody e Susan Elizabeth Blow para a abertura e acompanhamento daquelas instituições para os pequenos,

Blow inaugura o primeiro Kindergnter em St. Louis em 1873 e foi a grande expoente na América do pensamento fröebeliano, não admitindo inovações no mesmo e procurando enfatizar sempre o caráter filosófico da obra do autor como fundamental para o entendimento de sua prática (ARCE, 2002, p.76).

SUSAN ELIZABETH BLOW (1843-1916): foi uma importante líder na educação de Missouri. Ela fundou o primeiro Kindergarten público em St. Louis, em setembro de 1873. Escolas públicas em St. Louis e em todo o país começaram aulas dos Kindertagens usando a sala de aula de Blow como modelo. Em 1879, havia 53 salas de Jardim de Infância no sistema escolar de St. Louis. Após muito trabalho adoece e em 1884 viaja para tratar de sua saúde. Em 1889, deixou St. Louis e se mudou para o leste. Em Nova York e Boston, Blow escreveu livros e ensinou sobre os princípios do Kindergarten (THE STATE HISTORICAL SOCIETY OF MISSOURI).

Kindergarten americano em funcionamento desde 1873, primeiramente em St. Louis e depois incorporados no sistema oficial de ensino nas cidades de São Francisco, Chicago, Boston e Filadélfia constituíram-se em grandes centros de expansão desta modalidade de instrução pública. Inicialmente foi pensado e utilizado como agente de reforma moral, principalmente junto às famílias dos imigrantes, como forma de combater as más influências trazidas por elas para solo americano. Durante a Guerra Civil (1861-1865) e a Primeira Guerra (1914-1918) e os Kindertagens foram sendo multiplicados, pois garantiam o acolhimento e a educação às crianças que tinham suas mães envolvidas com o sustento da família com o trabalho em fábricas, indústrias, minas de carvão entre outros, enquanto os homens guerreavam em solo estrangeiro.

Os republicanos paulistas frequentavam eventos internacionais que tratavam da instrução onde buscavam fonte de inspiração, pois estavam determinados em fazer valer a modernização da instrução pública paulista. Havia contatos estabelecidos entre autoridades norte americanas e paulistas as quais foram acionadas na aquisição de todo o material necessário na implantação do Jardim da Infância da Escola Normal da Capital, inclusive as das profissionais, com formação internacional, que estariam incumbidas de orientar a organização administrativo-pedagógica também foram acionadas para a formação da equipe.

Com experiência comprovada e uma rede de Kindertagens estabelecida, os norte-americanos ofereciam toda a infraestrutura necessária para a implantação deste sistema, o qual os brasileiros e mais especificamente, os paulistas buscavam. Por isso, não tardou para que Gabriel Prestes encomendasse todo o material necessário para a implantação do primeiro Jardim da Infância público paulista. A educação americana era um alvo a ser alcançado e um povo a ser imitado^[2].

Em 1875 é instalado o primeiro Jardim da Infância no Rio de Janeiro, no Colégio Menezes Vieira para atender crianças de cinco a sete anos, pautados nos trabalhos de Blow e Peabody. O Kindertagen chega em 1877 a São Paulo e é instalado na Escola Americana, criada por presbiterianos, radicados na cidade de São Paulo.

À época, o Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Alfredo Pujol, no seu Relatório de 1896 para o então governador do Estado de São Paulo, Campos Sales, enfatiza a importância da implantação do Jardim da Infância anexo à Escola Normal:

O Kindergarten, a que está ligado o nome imortal de Fröebel, é o fundamento profundamente racional de todo o ensino intuitivo. A instrução, diz um professor, é como a semente lançada à terra. Escolher a semente, moldar o viveiro, regar o alfofre, amparar a planta, é a função do jardineiro e do mestre. Antes, porém, de semear, há um trabalho prévio e indispensável: preparar o solo. Na cultura da inteligência, este primeiro trabalho consiste em habituar o aluno a refletir, em o ensinar a pensar. E' a função da admirável instituição que o gênio de Fröebel criou e que a experiência dos modernos pedagogistas desenvolveu e consolidou. Deliberando o Governo, de acordo com o diretor da Escola Normal, a criação de um Kindergarten, filiado à Escola Modelo Caetano de Campos, não fez mais do que completar pela base o nosso sistema de ensino (KUHLMANN JR, M. 1994, p. 17)

A partir do Relatório de Alfredo Pujol e fazendo parte do plano de governo republicano, o Jardim da Infância é criado e fica subordinado à direção da Escola Normal da Capital. A administração do Jardim da Infância estava, hierarquicamente, sob as ordens do Diretor da Escola Normal da Capital.

Para colocar em funcionamento o Jardim da Infância, Gabriel Prestes, diretor da Escola Normal da Capital, solicitou que fosse trazido dos Estados Unidos todo o material pedagógico a ser utilizado, segundo os princípios do modelo fröebeliano, tal como fora definido no Decreto nº 397 de 9 de outubro de 1896.

Gabriel Prestes também providenciou a edição da *Revista do Jardim da Infância*, cujo ciclo de vida foi curto: apenas dois números, em 1896, com 287 páginas e outro em 1897, com 393 páginas. Ambos continham artigos de caráter metodológico e destinavam-se especificamente, a orientar as atividades das Jardineiras, denominação das responsáveis pela educação das crianças que simbolizavam plantas de um jardim (KUHLMANN JÚNIOR, 1994), para divulgação dos conhecimentos a serem operacionalizados junto aos alunos, e aperfeiçoamento da prática docente com base nos princípios fröebelianos. A Revista trazia em suas páginas: exercícios de linguagem, de ginástica, brinquedos, cantos e hinos.

Estavam envolvidas entre outras: Maria Ernestina Varella, inspetora dessa instituição, a poetisa Zalina Rolim, vice-inspetora, que cumpriu um importante papel na adaptação de histórias, poesias e cânticos que tinham sua origem em língua alemã e/ou inglesa e Gabriel Prestes, diretor da Escola Normal, que editou a respectiva revista. (KUHLMANN JR, 2011)

Além desta primeira equipe, o Jardim da Infância da Escola Normal da Capital teve em sua história sete equipes administrativas/diretoras[3] sempre indicadas pelos Diretores da Escola Normal da Capital, cujos critérios de indicação ainda não são conhecidos.

A atuação dessas equipes e os critérios que as levaram para dentro do Jardim da Infância podem ter definido caminhos e escolhas que esta pesquisa buscará revelar. Algumas circunstâncias já estão sob investigação, como por exemplo, a demolição do prédio do Jardim da Infância, a nomeação das equipes administrativas, a oposição de opiniões e discursos em relação às escolhas pedagógicas feitas pela administração do Jardim da Infância e outras que deverão ser investigadas.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRD, M.C.R. **O Jardim da Infância Público anexo à Escola Normal da Praça** um estudo sobre o gênero (1896-1926). Dissertação de Mestrado. São Paulo: 2015. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ARCE, A. **Friedrich Fröebel**: o pedagogo dos jardins de infância. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARRUDA, B. C. de. Imagens de uma época: álbum da Escola Normal (1908). **Revista Histórica**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, v. 2, n. 3, p. 5761. abr. 2001.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAMON, C.S. Paraíso das crianças: o kindergarten nos Estados Unidos entre meados do século 19 e início do 20. **Revista História da Educação**, vol. 20, núm. 48, jan-abr, 2016, pp. 15-33. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321643254003>

_____. **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade**: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913). Belo Horizonte: UFMG-FaE, 2005. 338 f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-857JUG>

GOLOMBEK, P. **Caetano de Campos**: A escola que mudou o Brasil. São Paulo: EDUSP, 2016.

GONÇALVES, G. N. **A trajetória profissional e as ações de Oscar Thompson sobre a Instrução Pública em São Paulo (1889-1920)**. São Paulo: 2002. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

KUHLMANN JÚNIOR, M. O Jardim da infância Caetano de Campos. In: REIS, M. C. D. (ORG). **Caetano de Campos: fragmentos da história da instrução pública no Estado de São Paulo**. São Paulo: Associação de ex-alunos do Instituto de Educação Caetano de Campos, 1994, p.6172.

_____ As exposições internacionais e a difusão das creches e Jardins de Infância (1867-1922). **Proposições**, Campinas, n. 21, p. 24-35, nov. 1996.

_____ **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MONARCHA, C. Arquitetura escolar republicana: a Escola Normal Da Praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, M. C. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 97-137.

_____ **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

_____ **Educação da Infância Brasileira 1875 – 1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MORSE, R. M. **Formação histórica de São Paulo** (De comunidade à metrópole). São Paulo: Difel, 1970.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: UNESP, 2000.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Edusp, 1974.

PANIZZOLO, C. **João Köpke e a escola republicana: criador de leitura e escritor da modernidade**. São Paulo: 2006. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

REIS FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

RONDON, C. R. **Pátios invisíveis: A dimensão do verde na Educação Infantil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: 2014. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

TANURI, L. M. **O ensino normal no Estado de São Paulo: 1890-1930**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Série Estudos e Documentos, v. 16). São Paulo: 1979.

WARDE, M.J. Americanismo e educação um ensaio no espelho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol.14, nº2. São Paulo abr/jun 2000.

[1] O Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo, conhecido como “Plano de Avenidas”, elaborado por Prestes Maia rendeu-lhe um prêmio no 4º Congresso Pan-Americano de Arquitetos no Rio de Janeiro.

[2] WARDE: [...] O jovem engenheiro Paula Souza, que fora aperfeiçoar-se nos Estados Unidos e acabou por trabalhar nesse país temporariamente, envia uma carta de Chillicothe, Missouri, para um amigo no Brasil [...] é que a educação é para o americano do norte como a carne e o pão de que necessitam todos os dias [...] Pudéssemos nós imitá-lo! [...] (WARDE, 2000).

[3] 1896-1909: Maria Ernestina Varella; 1909-1925: Joana Grassi Fagundes; 1925-1930: Irene Branco da Silva; 1931-1946: Hortência Pereira Barreto; 1946-1952: Heloísa Grassi Fagundes; 1952-1959: Lavínia Benevides Resende; 1960-1961: Corina Syllos; 1961 até o fechamento da Escola da Praça 1976 (8 de março): Irene Maiuri Vilhegas.